

STF reúne 13 investigações sobre suspeitas em emendas

STF tem 13 investigações sobre suspeitas em emendas

Apurações são preliminares e foram protocoladas pela PGR no último mês



Presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, durante coletiva de imprensa. Pedro Ladeira/Folhapress

José Marques

BRASÍLIA A PGR (Procuradoria-Geral da República) protocolou, em procedimentos sigilosos, 13 investigações preliminares no STF (Supremo Tribunal Federal) que tratam de suspeitas relacionadas a irregularidades no uso de emendas parlamentares. Elas começaram a tramitar no STF em 22 de julho, quando o ministro Flávio Dino já havia marcado uma audiência de conciliação para discutir a necessidade de regras de transparência e rastreamento. Desde então, a crise entre o STF e o Congresso sobre o

tema se aprofundou após os ministros decidirem, na última semana, pela suspensão das chamadas emendas parlamentares impositivas, aquelas de execução obrigatória pelo governo federal. Nesta terça-feira (20), os três Poderes anunciaram um acordo para atenuar o conflito. Os procedimentos da PGR são oriundos de uma investigação inicial que estava sob a responsabilidade da ministra Cármen Lúcia e que acabou sendo dividida em 13 apurações sobre fatos distintos em que há suspeitas de irregularidades, e não sobre 13 parlamentares.

Elas foram distribuídas para as relatorias de outros integrantes da corte. Agora, além de Cármen, as investigações preliminares têm como relatores os ministros Luiz Fux, Cristiano Zanin, Flávio Dino, Gilmar Mendes e Kassio Nunes Marques. A depender do entendimento do próprio Ministério Público Federal e do eventual aval dos ministros, essas apurações podem se transformar em inquéritos criminais sobre os episódios investigados. Enquanto essas investigações tramitam, o Supremo reagiu ao clima de tensão entre a corte e o Congresso com

a sinalização de um acordo. O presidente da corte, Luís Roberto Barroso, convidou os presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), respectivamente, para um almoço que aconteceu nesta terça na sede do STF. Os demais integrantes do Supremo participaram do encontro. Estiveram presentes o procurador-geral da República, Paulo Gonet, além de integrantes do governo Lula (PT), como o advogado-geral da União, Jorge Messias, e o ministro da Casa Civil, Rui Costa. A reunião foi uma tentativa de construir uma solução

conjunta para a crise. Ficou estabelecido que a liberação de verbas suspensas pela corte poderá ocorrer, mas só após a fixação de algumas diretrizes. Os novos parâmetros para as chamadas emendas individuais e de comissão deverão ser definidos em um prazo de dez dias. Na última sexta (16), o STF decidiu, de forma unânime, manter a determinação de Flávio Dino que suspendeu a execução de emendas parlamentares impositivas até que deputados e senadores deem mais transparência aos repasses. Como reação, Lira deu encaminhamento a duas PECs (propostas de emenda à Constituição). Uma delas limita as decisões individuais de ministros do STF — texto já aprovado no Senado e que estava parado na Câmara. A outra PEC permite que as decisões do STF possam ser derrubadas pelo Congresso. As emendas são uma forma pela qual deputados e senadores conseguem enviar dinheiro para obras e projetos em suas bases eleitorais e, com isso, ampliar seu capital político. A prioridade do Congresso, porém, é atender seis redutos eleitorais, e não as localidades de maior demanda. As emendas impositivas são as de bancadas, individuais com finalidade definida e as de transferência especial, conhecidas como emendas Pix. Dino votou para que a suspensão das emendas durem até que o Congresso edite novas regras de liberação dos recursos de forma transparente e rastreável. A decisão reservava recursos destinados a obras já iniciadas e em andamento, ou ações para atendimento de calamidade pública. O acordo desta terça prevê a manutenção das emendas Pix. No entanto, as partes chegaram a um consenso de que precisa estar observada a necessidade de identificação antecipada do objeto, a concessão de prioridade para obras inacabadas e a prestação de contas ao TCU (Tribunal de Contas da União). Em relação às demais emendas individuais, os três Poderes decidiram manter a sua impositividade.

Veja cronologia e tipos de emendas parlamentares

- TIPOS DE EMENDAS**
- **Emendas individuais** Cada congressista tem direito de apresentar até 25 emendas individuais, e o Executivo é obrigado a executá-las
 - **Emendas de bancada** É a verba proposta pelas bancadas estaduais; são obrigatórias ao Executivo desde 2019
 - **Emendas de comissão** São valores propostos pelas comissões da Câmara dos Deputados e do Senado, e pelas comissões mistas do Congresso; tem sido usadas sem transparência
 - **Emendas de relator** É utilizada para correções pontuais no Orçamento, formuladas pelo relator da proposta; no governo Jair Bolsonaro (PL), foram usadas como principal moeda de troca, e sem transparência

CRONOLOGIA DAS EMENDAS

Antes de 2015 Emendas parlamentares eram de critério político do governo, podendo ignorá-las na execução do Orçamento

- 2015** Foi aprovada emenda constitucional impondo o pagamento das emendas individuais
- 2019** Congresso amplia o orçamento impositivo com emenda constitucional obrigando pagamento das verbas de bancada
- 2021** STF determinou a divulgação das informações sobre as emendas de relator, usadas como instrumento político
- 2022** Supremo torna inconstitucional o uso amplo das emendas de relator, servindo apenas para correção do Orçamento

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 6